



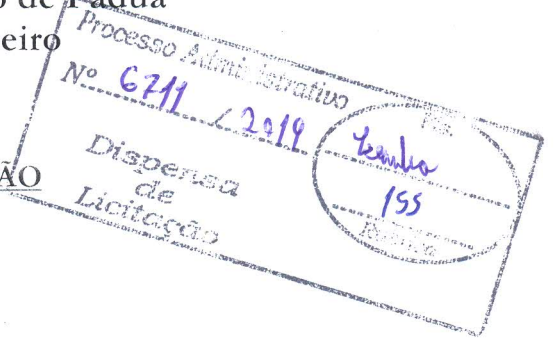
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Município de Santo Antônio de Pádua

Estado do Rio de Janeiro

GABINETE

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO



PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6711/2019.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Pádua, torna público que fica **dispensada de licitação em caráter inovador determinante**, a celebração de contrato com **ESAC EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E CONCESSÕES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º01.972.794/0001-18, para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL**, conforme objeto correspondente do TERMO DE REFERENCIA apresentado nos autos do processo 0207/2017, acrescido e alterado nas obrigações da Permissionária, conforme relatado na comunicação interna nº013/SAAE/2019 com fulcro no **artigo 24, IV da Lei Federal nº8.666/93** e em consonância com o parecer jurídico acostado ao processo administrativo, conforme abaixo:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA:

Considerando o disposto no Art. 1º do Decreto Municipal nº002 de 02 de janeiro de 2020, o presente procedimento tem como objetivo final a delegação, via PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, em caráter EMERGENCIAL, do SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

Considerando o art. 7º, incisos I, II e VI alínea b, da Lei Orgânica do Município de Santo Antônio de Pádua, nos seguintes termos:

Art. 7º - Compete ao Município, tudo quanto respeite o interesse local e ao bem estar de sua população:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;
- VI – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

b) abastecimento de água e esgotos sanitários;

Considerando a necessidade de gestão operacional qualificada, o alto grau de investimento e de conhecimento técnico especializado envolvidos na prestação de serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário, associados às limitações técnicas quanto à viabilidade de prestação direta do serviço pela então Administração Pública Municipal de Santo Antônio de Pádua e os vultuosos valores orçamentários necessários, optou a administração municipal em adotar o **regime de concessão** como o mais apropriado à prestação do SAAE, sendo editada a Lei Municipal nº2.703/2001, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a promover processo licitatório visando à concessão dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água nos distritos, bairros e vilas que menciona.

Considerando que o abastecimento de água é de fundamental importância à vida e ao desenvolvimento humano, sendo a água indispensável para o pleno direito à vida – direito fundamental – devendo ser assegurado pelo Estado-gênero um nível mínimo de vida, compatível

com a dignidade humana, incluindo-se o direito à saúde, direito social fundamental do ser humano, expresso no artigo 6º da Carta Magna.

Considerando que, por adotar o regime de concessão do serviço, o Município não dispõe de mão-de-obra e nem de conhecimento adequado para manutenção e expansão da malha urbana no período que antecede a novo processo licitatório de concessão – Permissão Urbana, Zona de Expansão Urbana e Amortecimento Rural, além de não contar com disponibilidade de receita para os necessários investimentos nos sistemas e de possuir incapacidade de endividamento, fazendo surgir **situação de emergência** em relação à continuidade da prestação do Serviço de Abastecimento de Água no Município.

Considerando que, até que seja realizada a licitação e contratada nova concessionária para a prestação do SAAE em sua plenitude legal, fica o Poder Concedente obrigado a adotar medidas tempestivas capazes de garantir a continuidade do serviço público, obedecidas, sempre, as normas legais pertinentes;

Considerando que, diante do **caso de emergência no atendimento** aos munícipes quanto ao abastecimento de água, resta caracterizada a hipótese de **dispensa de licitação prevista no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93, observados os procedimentos previstos no art. 26 da mesma lei, tendo em vista a caracterização de situação de emergência**, sendo melhor aplicável o instituto da **PERMISSÃO** e apenas pelo prazo necessário para conclusão da licitação na modalidade de concorrência;

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 24. É dispensável a licitação:

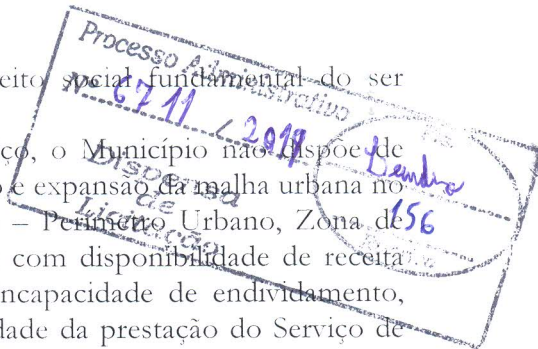
IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Aplica-se a legislação federal, estadual e municipal em especial as Leis Federais nº8.666/1993, nº8.987/95 e 11.445/07; o Decreto Federal nº6.017/2007; bem como as Leis Municipais nº2.703/2001 e nº2.338/95.

Resta Justificada a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO, para PERMITIR empresa especializada devidamente habilitada a prestar o SAA no município de Santo Antônio de Pádua, em regime de OUTORGA PERMISSONÁRIA, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, tempo em que a Administração deverá adotar as medidas pertinentes para dar seguimento ao processo de licitação na modalidade de concorrência, que atualmente se encontra adiado SINE DIE por este Município e através do Egrégio Tribunal de Contas deste Estado através da Decisão Monocrática - Processo Eletrônico GA2/2-19 - processo: TCE-RJ 243.387-2/19, bem como a assinatura de contratação com a licitante vencedora.

A emergência decorre da ausência de tempo hábil para dar continuidade ao procedimento licitatório de Concorrência, uma vez que o mesmo se encontra adiado *SINE DIE* e no aguardo de análise da parte técnica do Egrégio Tribunal de Contas deste Estado.

Considerando que há interesse do Município em aumento do percentual de outorga, uma vez que se trata do lucro auferido pela Empresa nos contratos anteriores, conforme balancete apresentado pela mesma, além de que os bens destinados à Concessão e utilizados pela Concessionária demandam um retorno financeiro como forma de contrapartida pela utilização dos mesmos, ainda pelo fato de que o aumento fora previamente acordado e aceito pela Empresa, sem que com isso promova qualquer desequilíbrio financeiro do contrato, sem reflexo



na qualidade dos serviços prestados, estando o valor da tarifa nos moldes da pesquisa legal para este município, inclusive com valores bem abaixo dos praticados pela CEDAE, conforme apresentado no processo em comento, deve-se manter a continuidade dos serviços como sendo prestado, e, ainda, pela mesma empresa.

Processo Administrativo nº 11.2019
Dispensa de Licitação
157

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha de proposta de procedimento através de Permissão do Serviço Público fundamenta-se no fato de que:

- A obrigatoriedade da modalidade licitatória de concorrência para o instituto da Concessão inviabiliza uma “concessão por emergência”.
- A natureza jurídica da permissão é contratual, por força dos artigos 23 e 40 da Lei 8.987/95;
- As especificações dos serviços e o objeto a ser executado são de complexidade elevada, não sendo possível seu desmembramento de maneira abrupta sem que tal fato cause prejuízo para a própria continuidade dos serviços de maneira equilibrada e especializada;
- A precariedade e a revogabilidade unilateral do contrato pelo Poder Público marcam a permissão (art. 40 da Lei 8.987/95) e assim compatível com a necessidade atual, em face de impossibilidade de realização de todos os estudos técnicos num prazo tão exíguo para a realização da pertinente licitação;
- Não há obra pública precedente no que se refere ao presente contrato, e sim manutenção e pontualmente intervenções de construção para realinhar o fornecimento de água pré-existente.

A outorga permissionária dos serviços a terceiros não só proporcionará a prestação de serviço adequado como a capacidade de pequenos investimentos urgentes nos sistemas de água, bem como represente fonte de receita para o erário, mediante pagamento de outorga (que não vinha sendo paga pela concessionária anterior), possibilitando ao Município a reestruturação de órgão regulador no âmbito de sua esfera de Governo no período pertinente.

DA OUTORGA E DO VALOR ESTIMADO:

A não realização de pesquisa de outorga se dá pelo fato de que já foi realizada inicialmente, onde a Empresa apresentou melhor proposta e ainda qualificação técnica.

Considerando que a permissão não acarreta despesa por parte do ente público municipal, haja vista que a remuneração da empresa é feita pelas tarifas pagas pelos usuários.

OUTORGA:

CATEGORIA	VALOR DA TARIFA	OUTORGA
Residencial	32,22	4%
Comercial	148,05	4%
Industrial	208,97	4%
Pública	43,98	4%

VALOR ESTIMADO:

O valor estimado de acordo com o resultado de média aritmética referente ao faturamento resultante do serviço constante nos autos é de **R\$4.802.225,67 (quatro milhões e oitocentos e dois mil e duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos).**

PRAZO: O prazo será de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e interruptos, período em que a Administração dará andamento à realização da necessária licitação, na modalidade de

concorrência, para a concessão dos Serviços de Abastecimento objeto do presente, contados da data de emissão da ordem de serviço, sem prejuízo das disposições da Lei Municipal nº2.703/2001 e das Leis Federais nº8.666/93, nº8.897/95, nº11.445/07 e do Decreto nº7.217/10.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº29.114.139/0001-48, com sede na Praça Visconde Figueira, s/nº, Santo Antônio de Pádua/RJ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Josias Quintal de Oliveira, portador da carteira de identidade 0320 95598 (IFP) e inscrito no CPF sob o nº049.187.897-49.

CONTRATADO: ESAC EMPRESA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E CONCESSÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº01.972.794/0001-18, localizado na Rua Coronel Almeida, Bairro Centro, Araquari/SC, CEP: 89.245-000, neste ato representado por JOSÉ EDUARDO LUCCAS DA COSTA, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade nº 035.286.780/SSP-RJ, inscrito no CPF nº323.074.387-34, residente e domiciliado na Rua Francisco Ferreira da Silva, nº123, Bairro Ferreira, Santo Antonio de Pádua/RJ.

Santo Antônio de Pádua, 02 de janeiro de 2020.


Josias Quintal de Oliveira
Prefeito Municipal

Processo Administrativo	Fls.
Nº 6.711 / 2019	158
Dispensa de Licitação	158